

Análise da Disparidade Cambial entre os Países em Desenvolvimento (BRIC) e Impactos na Relação Comercial entre Brasil e China PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS ANOS 2002 a 2007

Introdução:

No plano interno, o período compreendido entre 2002 e 2007 foi caracterizado por um forte esforço do Brasil, no sentido de consolidar a estabilidade econômica, reduzir a dependência de capitais internacionais e, conseqüentemente, a fragilidade externa e, mais recentemente, retomar o crescimento econômico, com maior justiça social.

No plano externo, o mundo passou por um período, sem precedentes, de estabilidade e prosperidade econômica, com aprofundamento da globalização, o que foi fortemente refletido no fluxo de comércio internacional, que cresceu a taxas nunca antes observadas. O empresariado brasileiro participou ativamente deste processo, respondendo positivamente aos estímulos governamentais, o que elevou as exportações do patamar de US\$ 55 bilhões para US\$ 160 bilhões, no período. Mesmo crescendo a taxas inferiores às observadas para o segmento de Produtos Básicos, as exportações de manufaturados apresentaram, nestes 5 anos, aumento superior a 150%, saltando de US\$ 32 bilhões para US\$ 83 bilhões.

A construção de acordos internacionais, o aumento acentuado da demanda internacional e a profissionalização do empresariado nacional permitiram ao País ocupar importantes espaços no comércio internacional, aumentando a participação do comércio internacional no PIB. Este resultado, em adição a crescente atratividade do País aos Capitais Internacionais permitiu o marco histórico, alcançado em 2007, quando o Brasil, depois de décadas de elevado endividamento externo, alcançou uma posição superavitária nas reservas internacionais.

Entretanto, os efeitos positivos para a economia do País, embora em aceleração, ainda são tímidos, quando comparados aos observados em outros países em desenvolvimento. Recente estudo da consultoria Austing Ranting, a respeito das taxas de crescimento econômico, indicou que, de uma lista de 39 países em desenvolvimento, o Brasil ficou em 35º lugar no ranking de crescimento econômico, no período de 2003 a 2007, com uma média anual de 3,8% contra a média geral 5,6% ao ano.

As altas taxas de juros, elevada carga e complexidade tributária, altos custos trabalhistas e indefinições quanto ao licenciamento ambiental de projetos, são alguns dos problemas estruturais que funcionam como um freio ao investimento e ao desenvolvimento econômico do país.

Agora, como agravante, a contínua e acentuada apreciação do Real frente ao Dólar e as demais moedas representa um grande risco à competitividade da Indústria Nacional e a própria sustentação do ritmo de crescimento e a geração de empregos.

Até o momento, o aumento generalizado da demanda global e, em especial o crescimento do consumo interno, alavancado pela expansão do crédito, permitiu um crescimento de vendas da indústria nacional, tanto no campo externo, quanto no mercado local. Entretanto, a crise internacional que se avizinha e o crescimento do custo de fabricação local (em moeda nacional) começará a reduzir a competitividade do produto brasileiro.

Evolução da Paridade cambial (Brasil, China e Índia):

No período de 2002 a 2007, a taxa de câmbio do Real, do Yuan (China) e da Rúpia (Índia), frente ao dólar americano teve o seguinte comportamento:

Ano	Exchange Rate (US\$)		
	China	India	Brazil
2002	8,280	48,001	3,540
2003	8,277	45,550	2,895
2004	8,277	43,270	2,655
2005	8,070	44,950	2,334
2006	7,804	44,110	2,134
2007	7,299	39,410	1,779
Var % Acumulada	13,4432	21,7986	98,9883

Enquanto a moeda chinesa se valorizou 13,4% frente ao dólar americano, o Real apresentou uma valorização de 98,9% no mesmo período.

Ao mesmo tempo, quando considerada a inflação dos países, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor, verificamos que o Brasil apresentou a maior taxa de aumento de custos nominais:

Ano	Consumer Price Index			
	USA	China	India	Brazil
2002	1,59	-0,77	4,28	9,92
2003	2,27	1,16	4,1	8,17
2004	2,68	3,99	3,73	6,56
2005	3,39	1,82	4	4,53
2006	3,24	1,46	4,23	2,54
2007	2,85	4,8	6,2	4,37
Var % Acumulada	17,1159	13,0141	29,6304	41,7385

Assim, quando combinados o efeito da inflação doméstica, com a apreciação do câmbio, temos, em termos reais, uma apreciação da moeda brasileira de 120% frente ao Yuan e de 78% frente à Rúpia indiana, em um período de 5 anos.

Este desequilíbrio e, a velocidade com que o mesmo foi construído, não fornece tempo de reação ao empresariado nacional. O mesmo funciona como uma barreira comercial invisível (não tarifária), dificultando as exportações da Indústria Nacional para esses países, ao mesmo tempo em que diminui a competitividade dos produtos brasileiros em outros mercados e “escancara” a porta do mercado nacional aos fabricantes asiáticos. Não é por

outro motivo que, a despeito das condições favoráveis, da ampla base industrial instalada, da capacitação empresarial do País e das ações acertadas do Governo brasileiro, o crescimento não tenha reagido em todo o seu potencial.

Efeitos na relação comercial entre Brasil e China:

Como exemplo do efeito perverso dessa disparidade cambial, com perdas de oportunidade de emprego para o País, podemos analisar a relação comercial entre Brasil e China, no período em questão:

Em 2002, a relação comercial, entre os dois países, apresentava o seguinte saldo:

Descrição	Exportações	Importações	Saldo
Produtos Básicos e Semi Elaborados	2.365	250	2.115
Produtos Manufaturados	682	1.600	(918)
Total	3.047	1.850	1.197

Segundo dados do MDIC, em 2007, as relações comerciais entre os dois países alcançaram um patamar de US\$ 23,3 bilhões, um crescimento de 377%. Embora extremamente saudável, o aumento esconde um resultado preocupante:

1. As exportações totalizaram um montante de US\$ 10,7 bilhões, enquanto as importações fecharam o ano de 2007 em US\$ 12,6 bilhões (um déficit de US\$ 1,9 bilhão, frente ao superávit de US\$ 1,2 bilhão em 2002);
2. Enquanto 96,5% das exportações chinesas são formadas por bens manufaturados (elevado valor agregado e maior geração de empregos), das exportações brasileiras, apenas 25% são compostas por bens da mesma natureza.

Os indicadores acima demonstram, não somente, a deterioração do país na sua relação comercial com a China, o que seria de pouca relevância quando considerado um período tão curto de tempo, mas, o real fator de preocupação, a consolidação do Brasil como um país exportador de produtos de baixo valor agregado (*commodities*). O déficit no segmento de produtos manufaturados passou de US\$ 1,2 bilhão, em 2002 para US\$ 9,5 bilhões em 2007.

Reações do Governo e da Indústria Nacional:

As preocupações da Indústria Nacional com a queda acentuada do dólar frente ao Real já são antigas e começam a encontrar eco no Poder Público, com pronunciamentos, ainda que tímidos, das autoridades econômicas, em favor do estabelecimento de mecanismos de apoio às exportações.

Contudo, essas análises não podem incorrer em erros de simplificação do problema. O efeito da SUPER VALORIZAÇÃO cambial é mais grave do que aparenta, pois a desvalorização do DÓLAR frente ao REAL, ainda que importante, também está sendo verificada frente a outras moedas importantes (o Euro em especial) e denota um momento de crise da economia americana.

Entretanto, o ponto crítico é o desequilíbrio cambial observado frente a economias em desenvolvimento – concorrentes diretos do Brasil no mercado internacional. A perda de mercado, para produtores chineses, indianos e mesmo argentinos, tem prejudicado fortemente a Indústria Nacional. Empresas multinacionais de vários segmentos (automobilístico, farmacêuticos, etc), começam a transferir suas linhas de produção, do Brasil, para outros países. Importantes mercados internacionais, entre eles o de calçado e o automotivo estão sendo gradativamente ocupados por concorrentes externos (mais uma vez, a China, sempre ela, construiu em poucos anos uma base industrial automotiva invejável – fortemente alicerçada na presença de empresas multinacionais de primeira linha produzindo naquele país).

O pior aspecto é, contudo, o impacto sobre o mercado interno. O forte aumento do consumo das famílias encobre, no curto prazo, a perda de competitividade, criando uma “falsa sensação” de equilíbrio, pois as marcas brasileiras, a longo tempo consolidadas junto aos consumidores, ainda resistem aos avanços de produtos asiáticos, em um período de aumento geral da demanda. Entretanto, o agravamento da questão cambial e o forte aparecimento de produtos mais baratos, em todos os segmentos do mercado, produzirão, em maior ou menor velocidade, uma deterioração do valor percebido das marcas nacionais e da competitividade geral da Indústria Nacional, com reflexos desastrosos para o crescimento econômico e a geração de empregos.

É interessante observar os fatores que parecem explicar o desequilíbrio cambial brasileiro. Muito se fala sobre o impacto dos superávits no balanço de pagamento como grande vilão da situação, em um sistema de câmbio flutuante. Realmente, o fluxo de investimentos diretos, aliado ao capital especulativo, atraído pelas ótimas taxas de juros em relação ao risco Brasil e, ainda, ao superávit da balança comercial, representa um grande fluxo de entrada de capitais que pressiona a cotação da moeda americana.

Todavia, o mesmo fenômeno se dá em outras importantes economias de países em desenvolvimento. Tomando a China, mais uma vez, como paradigma, temos que as reservas internacionais desse país saíram de pouco mais de US\$ 160 bilhões em 2000 para mais de US\$ 1,3 trilhão em 2007, como consequência da maciça atração de investimentos e dos gigantescos superávits comerciais, em especial com os EUA. Esse fluxo de capitais, contudo, teve o seu efeito neutralizado no mercado cambial chinês, com a cotação do Yuan sendo mantida artificialmente baixa. Apesar dos desequilíbrios econômicos que tais decisões possam provocar a longo prazo, a verdade é que essa decisão valeu à China uma grande aceleração na economia neste novo milênio, com ampla geração de empregos e aumento da capacidade de investimento público, condições que só ampliam a dianteira desse país em relação ao Brasil.

Ações necessárias:

Não se trata de defender a imposição de barreiras tributárias ou alfandegárias que transformem o mercado nacional em um monopólio para os fabricantes locais, em detrimento dos consumidores, mas garantir equanimidade nas relações de troca, que determinam boa parte da competitividade das indústrias Brasileiras frente aos seus concorrentes externos.

Práticas protecionistas são, na sua maioria, inaceitáveis no atual estágio de desenvolvimento da economia internacional. Entretanto, não é possível admitir que práticas cambiais distorcidas provoquem o efeito de barreiras NÃO TARIFÁRIAS desleais, produzindo desequilíbrios no mercado e ocasionando forte transferência de emprego e renda, do Brasil para outros países. Uma variação de mais de 100% na paridade entre moedas, em um intervalo de 5 anos é, no mínimo, injusta e requer forte ação corretiva e compensatória.

Alguns segmentos, em situações críticas, vêm sendo agraciados com medidas compensatórias, como nos casos de Brinquedos (salvaguarda) e Têxteis (imposição de limitação às exportações pela própria China). Entretanto, é hora de avaliar uma ação mais ampla e sustentável, que permita ao empresariado brasileiro e aos investidores internacionais programarem, sem receios, seus investimentos em aumento de capacidade produtiva e inovação tecnológica, fazendo valer as inúmeras vantagens comparativas que o País tem, em relação aos seus congêneres asiáticos e sul-americanos.

A situação requer ação imediata, enquanto a situação favorável do mercado ainda garante a sustentação e o crescimento de boa parte dos segmentos industriais no Brasil. Não podemos esperar uma reversão do cenário atual e uma conseqüente crise para adotar atitudes. Será como instalar fechadura em casa arrombada.

Fonte de dados:

www.mdic.gov.br

www.iea.sp.gov.br

www.apexbrasil.com.br

www.protec.org

<http://indiabudget.nic.in>

<http://labour.nic.in>

www.india4u.com

www.x-rates.com

<http://investintaiwan.nat.gov.tw>